



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 39/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 17/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

A licitação em tela é explícita no sentido de que a administração optou pela licitação nos moldes da Lei nº 8666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelos Secretários Municipais de Administração, Saúde e Educação.

Ao processo foi anexado documento consistente em fonte de recursos para a aquisição dos produtos.

Estão anexados os parâmetros de preços fornecidos por empresas do ramo – JS Informática, LF e NeoPrint.

Em síntese o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.



O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a aquisição de materiais de informática. O objeto da licitação, ou seja, aquilo que vai ser contratado, está devidamente especificado de forma clara, objetiva, convenientemente definida no edital afim de que os licitantes possam atender fielmente ao desejo da prefeitura na licitação.

A Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara

O Termo de Referência descreve os equipamentos monitores, microcomputadores, mouse, nobreak e HD. A descrição está adequada às exigências da lei nº 8666/93.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de equipamentos de informática a serem adquiridos, mas não a efetiva quantidade que será adquirida efetivamente, haja vista que que depende da demanda apresentada no decorrer da validade

da ata de registro de preços, portanto, vislumbram-se situações que possam resultar em alterações, o que justifica o registro de preços.

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S.M.J.

Porto Esperidião, 30 de junho de 2021.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

